

Críticas a projeto de PDU em audiência

Prefeitura quer criar uma lei para flexibilizar os índices usados para permitir a construção de empreendimentos na Enseada do Suá

Marianna Aguiar

O projeto de lei que pretende mudar o Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória provocou críticas dos moradores.

Representantes da sociedade, políticos e autoridades compareceram ontem à audiência pública de esclarecimento do projeto.

A intenção da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (Sedec) é criar uma lei para flexibilizar os índices urbanísticos que determinam a construção de empreendimentos de grande porte na região da Enseada do Suá.

Esses índices seriam o afastamento, taxa de ocupação e taxa de permeabilidade. Segundo o secretário Kleber Frizzera, o princípio é não impedir a vista para o Convento da Penha.

Ele acrescentou que todos os

projetos têm de ser aprovados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

“A cidade tem configuração geográfica complexa. Não queremos mudar a altura, nem a área máxima de construção. A criação da lei se justifica para não sermos surpreendidos por decisões judiciais de construtoras”, explicou ele.

O professor do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Roberto Simões questionou os processos que tramitam na prefeitura que motivaram essa alteração na lei.

“Precisamos de mais conhecimento sobre eles, além de estudos de impactos da área e detalhes dos

índices”, disse o professor.

Já o engenheiro André Aranha, morador da Enseada do Suá, reforçou a intenção por trás do projeto. “Acredito que a mudança é movida para beneficiar interesses pessoais. Não entendi o que a população ganha com isso”, falou.

O vereador Sérgio Magalhães (PSB) afirmou que a Câmara é a instância que tem poder de mudar o PDU. Uma nova audiência vai ser marcada, mas ainda não há data definida.

Quanto ao inquérito aberto pelo Ministério Público Estadual para apurar as mudanças propostas, Frizzera informou que ainda não recebeu a notificação.

FIQUE POR DENTRO

Nova audiência vai ser marcada

- **EM 1988**, começou a preocupação de preservar a vista do Convento da Penha, a partir da Reta da Penha, com a lei 3.553/88, que restringia a altura das edificações da Enseada do Suá.
- **O PROJETO DE LEI** visa permitir a alteração de alguns índices urbanísticos, como afastamentos, taxa de ocupação e taxa de permeabilidade.
- **NÃO SERÁ** possível alterar o coeficiente máximo de aproveitamento ou área máxima a ser construída.
- **O MINISTÉRIO PÚBLICO** abriu um inquérito civil na última quinta para investigar as propostas de mudanças no PDU, apresentadas ontem.
- **UMA NOVA** audiência pública vai ser agendada.



ROBERTO Simões questiona o secretário Kleber Frizzera